

Resumo de Política III Crime e Segurança em Maputo, Moçambique



Foto: Fábio Ribeiro

Este é o terceiro de uma série de resumos de política relacionados com o projecto de investigação “A Etnografia de uma Cidade Dividida: Sócio-política, Pobreza e Género em Maputo, Moçambique” (2012-2015), financiado pelo Conselho de Investigação Norueguês. O objectivo é contribuir com conhecimento etnográfico e “pontos de vista a partir de baixo” para debates e esforços em curso sobre desenvolvimento urbano e redução da pobreza em Moçambique.

CMI CHR.
MICHELSEN
INSTITUTE

Bjørn Enge Bertelsen
Abel Chauque

O que dizem as estatísticas

Este resumo trata as perspectivas sobre crime e segurança em Maputo. As estatísticas nacionais recentes (2010) da Procuradoria Geral da República (PGR) oferecem uma boa visão do ponto de vista Moçambicano (Reisman e Lalá 2012) como é mostrado na Tabela 1.

Além disso, houve crimes gerais contra a propriedade (22.040), as pessoas (8.803) e a ordem pública e tranquilidade (2.513) (Reisman e Lalá 2012: 8). É difícil obter estatísticas de confiança actualizadas ou números em tempo real e a variação significativa na forma como o crime é categorizado torna difícil estabelecer padrões ao longo do tempo. Além disso, os números nacionais diferem muito: por exemplo, em relação a 2008, a PGR reportou 27.454 crimes a nível nacional enquanto a polícia reportou 40.312.

Na literatura sobre a África Austral, o crime e a segurança são frequentemente analisados em relação às estruturas formais de governação e burocracia e à capacidade dos vários sectores em relação ao policiamento e ao sistema judiciário. O que é igualmente importante manter em mente é que os domínios do policiamento e do sistema de justiça formal estão desacreditados em resultado da corrupção generalizada. Além disso, há diversos mecanismos locais de resolução de conflitos – muitos dos quais tratam o que é frequentemente classificado como ‘pequena criminalidade’.

Embora estes elementos sugiram que é imprudente confiar apenas nesses números, os tipos de crimes reportados acima (Tabela 1) tendem a corresponder às conclusões da nossa investigação sobre Maputo. Além disso, é nítido que a disponibilização de segurança continua a ser uma fonte significativa de descontentamento popular, com 55% da população insatisfeita (Conselho Municipal de Maputo 2014). Em KaMaxakeni e Nhlamankulu, áreas administrativas de alta densidade e população próximas do centro da cidade, respectivamente 72% e 64% avaliaram a disponibilização de segurança como ‘má’ ou ‘muito má’. Para as pessoas de KaMaxakeni, a avaliação da segurança não melhorou de modo

Tabela 1: Crimes em Moçambique 2010, Nível Nacional

Tipo de Crime	Cases
Roubo	4,827
Furto Qualificado	4,408
Furto Simples	2,546
Ofensas Corporais Qualificadas	1,837
Ofensas Corporais Voluntárias Simples	1,112
Fogo posto	544
Abuso Sexual	516
Homicídio Qualificado	502
Corrupção	460
Homicídio Voluntário Simples	219

sensível desde 2011. Todavia, outras áreas administrativas – como KaMpfumu no centro da cidade e KaMavota, ligeiramente fora da cidade – permanecem contraditórias em termos dos seus pontos de vista sobre segurança, estando insatisfeitas 35% na primeira e 53% na última. Dado que KaMpfumu é a área mais próspera da cidade, parece razoável assumir que as áreas de alta densidade e baixo rendimento perto do centro da cidade sentem a dimensão segurança como mais problemática do que as áreas residenciais mais prósperas e espaçosas. Isto indica uma ligação directa entre pobreza e medidas de segurança inadequadas.

Medidas de segurança actuais

Ao tratar as políticas actuais e os arranjos institucionais mais amplos que deviam providenciar segurança e combater o crime, é necessário usar uma abordagem que combine uma abordagem à segurança tradicional e centrada no estado com a ‘segurança humana’, que toma em consideração as ameaças sentidas à vida e bem-estar geral das pessoas. Quando se combinam pragmaticamente estas noções de segurança, algumas políticas e medidas tornam-se particularmente relevantes.

Uma dimensão chave é o ‘sistema de policiamento de vários níveis’ de Maputo: para além da força de polícia nacional (*Polícia da República de Moçambique* – PRM), que é de longe a maior presença da polícia ao nível da rua, há também uma força de intervenção rápida nacional (*Força da Intervenção Rápida* – FIR). Geralmente, e do ponto de vista do cidadão, o policiamento diário é feito pela PRM, a FIR é utilizada em situações de agitação generalizada, enquanto os membros do ramo de investigação (*Polícia de Investigação Criminal* – PIC) estão presentes nos postos policiais de maior dimensão e tratam principalmente das grandes investigações. O departamento da polícia de trânsito (*Polícia de Trânsito* – PT) e a polícia

municipal (*Polícia Municipal* – PM) constituem as restantes forças policiais principais.

Todas estas forças são geralmente entendidas pelos cidadãos e analistas como estando dominadas pela corrupção, má administração e falta de financiamento. Deste modo, desde o início dos anos 2000 foi gradualmente introduzido nas áreas urbanas um sistema de ‘policiamento comunitário’ (*Policiamento Comunitário* – PC) para reduzir a criminalidade através da participação dos cidadãos, para democratizar a polícia e o seu desempenho e para fortalecer a coerência interna das comunidades e a sua confiança na polícia.

Para os cidadãos mais prósperos de Maputo está a aumentar a provisão de segurança armada por guardas de segurança privada, envolvendo frequentemente agentes armados da PRM fora das horas de serviço. Além disso, surgiram vários arranjos de vigilância de bairro estilo autodefesa frequentemente executados por jovens. Estes grupos de jovens ‘patrulham’ irregularmente as áreas, mas às vezes também tomam parte em actividades criminosas.

Contribuições etnográficas

As contribuições etnográficas são feitas na base de múltiplas sessões conjuntas de trabalho de campo realizadas predominantemente em bairros de alta densidade no centro e à volta do centro de Maputo entre 2011 e 2015. Aqui, apresentamos resumidamente como são vistos a segurança e o crime, bem como delineamos algumas características de organização espacial e outras formas de organização que modelam essas percepções. São várias as razões, dadas abaixo, sobre porque isto é importante.

Em primeiro lugar, Moçambique tem um dos mais baixos rácios cidadão–agente da polícia (1 agente para 1.089 cidadãos) (Shabangu 2012: 16). Além disso, há um nível extremamente baixo de confiança nos agentes da polícia, bem como na própria instituição da polícia, indicando as estatísticas que apenas cerca de 10% dos crimes são reportados (ibid.). Por outro lado, é crença geral que as redes de poderosas elites criminosas, bem como os gangues de rua, trabalham com indivíduos ou grupos de agentes da polícia a diferentes níveis – uma situação agravada pela corrupção generalizada.

Em segundo lugar, em 2010 a PGR via as principais causas do crime como sendo “a degradação dos valores morais, a posse ilegal e uso de armas de fogo, o uso de drogas, a superstição e o abuso do álcool” (Reitman e Lalá 2012: 8). No entanto, o material etnográfico deste projecto realça fortemente as circunstâncias económicas e sociais extremas – pobreza e vulnerabilidade – em relação à prevalência do crime. O material aponta para um nível insuficiente de segurança humana sentido pelos nossos interlocutores.

Na nossa opinião, o crime e a falta de segurança humana relacionam-se com diversos aspectos, como segue.

Género

É amplamente conhecido que as mulheres em Maputo são alvos de violação e agressão sexual; os jovens em especial

alegam que as mulheres são particularmente vulneráveis. Uma jovem mulher do Bairro Maxaquene B alegou por exemplo, numa conversa no princípio de 2013, “Normalmente, quando a mulher reconhece um dos violadores, é morta. Foi o que aconteceu aqui recentemente. Eles atacaram e violaram uma moça aqui na área e quando ela viu quem eles eram, mataram-na com uma faca.” Embora nem todas as vítimas de agressão sexual sejam mortas, o medo da violação é motivo de grande preocupação nas percepções das pessoas sobre a segurança dos membros femininos da família. O medo de repercussão violenta por parte dos violadores foi também frequentemente dado como razão da crença generalizada de que há uma sub-notificação das violações à PRM. Juntamente com a violência doméstica, estes factores sublinham a forte dimensão de género do crime e segurança.

Raça/idade

Os jovens nos bairros pobres exprimem o sentimento de que os agentes da PRM ou particularmente os da FIR os definem como alvo. Tipicamente esta experiência é expressa no tipo de termos usados por estes jovens do Bairro Nlhamankulu em 2014: “Se és jovem e negro e pobre eles irão atrás de ti pensando que és um criminoso. Olham para a tua roupa e mandam-te parar, molestam-te e às vezes batem-te e roubam-te. O crime aqui também é cometido pela polícia.” Esta profunda desconfiança das intenções dos agentes da polícia em relação aos jovens não endinheirados (particularmente) negros é tão trivial que se podia argumentar que a segurança (e a falta da mesma) é racializada e, em parte, calibrada de acordo com a idade. Além disso, riqueza e uma alta posição social parecem corresponder a uma menor probabilidade de acusação, o que tende também a enfraquecer os níveis gerais de confiança na polícia.

concreto. De um modo geral, os becos pouco iluminados que serpenteiam pelos bairros são repetidamente referidos como espaços perigosos e inseguros. Todavia, a espacialização é também relativa e relacional, sendo a percepção principal que os criminosos estão altamente organizados: os gangues trocam de ‘território’ – isto é, um gangue do bairro X irá ao bairro Y e vice versa – a fim de não ser reconhecido pela população local. Há também em muitos bairros estabelecimentos informais de bebidas que as pessoas acreditam servirem como locais onde os criminosos se juntam; os administradores locais e os agentes da PRM não intervêm porque os donos são pessoas poderosas vistas como protegidas do cumprimento da lei. Estes lugares são espaços de perigo permanentes nos bairros. Além disso, uma percepção geral é que os habitantes do bairro verão os outros bairros e os bairros vizinhos como mais perigosos do que o seu próprio bairro. Enquanto esta encenação de perigo externo não tenha eco nas estatísticas (imperfeitas) sobre o crime, molda de formas concretas por onde as pessoas se movimentam. Informa também uma percepção de que muitos habitantes verão as pessoas de outros bairros com hostilidade ou cepticismo.

Tempo

Espaços urbanos pouco iluminados e de alta densidade que não têm níveis elevados de vigilância significam também que certos períodos do dia são considerados mais perigosos do que outros. Embora seja geralmente reconhecido que a calada da noite é perigosa (dada a possibilidade de ser assaltado/perseguido pela PRM ou por grupos do PC, ou por autênticos criminosos), em muitos bairros as pessoas alegam que é seguro andar fora de casa entre as 05:00 e as 21:00 ou 22:00 – não obstante a escuridão. Os interlocutores dizem também que certas alturas do ano são mais perigosas

Intervenções devem levar em consideração as verdadeiras preocupações, experiências e percepções das pessoas sobre como o crime é organizado.

Durante os últimos anos Maputo passou por uma onda de raptos relacionados com extorsão. Como é também largamente reportado pelos media Moçambicanos, crê-se que os raptos trabalham com pessoas colocadas em serviços financeiros para adquirirem informação acerca de potenciais alvos com bens financeiros e que ‘receita’ pode potencialmente ser recolhida com o rapto. Assim, as vítimas de rapto provêm frequentemente dos círculos da elite empresarial; os indivíduos com ascendência Paquistanesa, Indiana e Portuguesa estão sobre-representados. Nos bairros aqui estudados, os raptos são muitas vezes entendidos em termos raciais, como um problema de ‘Indianos’ e ‘brancos’, e como um testemunho do que é entendido como uma forma de fazer fortuna da elite criminosa – isto é, os raptos são efectivamente vistos como uma forma de predação intra-grupo.

Espaço

Dada a natureza de alta densidade dos bairros e a sua configuração física não cadastrada, não é surpreendente que o crime seja visto como espacializado num sentido muito

do que outras – sendo Dezembro (a época das festas) a pior: a probabilidade de assaltos e de roubo com arrombamento é mais alta do que o normal, coincide com os migrantes que regressam da África do Sul com dinheiro e, por último, durante este período há uma diminuição do fornecimento de produtos agrícolas por parte dos parentes rurais, de que muitos urbanos dependem. De um modo geral, o período entre Dezembro e Março é frequentemente referido como mais perigoso do que os outros meses.

Medidas de protecção

Dadas as dimensões de género, raça, idade, tempo e espaço, as vidas são no geral organizadas para minimizar o risco de ser alvo de criminosos ou de exposição a uma elevada sensação de insegurança. Concretamente, as medidas tomadas para aumentar a sensação de protecção incluem a construção de muros elevados à volta da casa, a compra de protecção medicinal ou ritual a curandeiros, ou a procura de protecção divina através da afiliação numa das numerosas igrejas de Maputo. Crucialmente, tais medidas são também ambíguas:

O CMI é um instituto independente de pesquisa sobre o desenvolvimento sediado em Bergen, Noruega. O CMI gera e comunica conhecimento baseado na pesquisa relevante para o combate à pobreza, o progresso dos direitos humanos e a promoção do desenvolvimento social sustentável. A pesquisa do CMI centra-se nos desafios e oportunidades locais e globais enfrentados pelos países de rendimento baixo e médio, bem como pelos seus cidadãos. A nossa orientação geográfica engloba a África, a Ásia, o Médio Oriente e a América Latina.

Autores: Bjørn Enge Bertelsen e Abel Chauque. Layout: Pernille Jørgensen

os muros altos atraem o perigo por sinalizarem riqueza (e os muros impedem a intervenção dos vizinhos); crê-se que os curandeiros também disponibilizam aos gangues criminosos capacidades mágicas perversas, e há sempre a possibilidade de um pastor ou uma igreja não ter capacidade de proteger a congregação.

Outras medidas incluem o apoio ou a participação nas várias entidades mutáveis que lidam com a segurança. Entre estas, o PC emerge frequentemente dado que “a polícia da PRM não faz nada”, como afirmou em 2013 um dos chefes do PC do Bairro Maxaquene B. No entanto, a nossa investigação etnográfica indica que o sistema de PC opera de formas diversas e altamente não ortodoxas, de acordo com os contextos locais e sofre geralmente de problemas de recrutamento e falta de recursos, bem como da falta de linhas de orientação claras e de estruturas de comando.

Para além do PC, também muitas vezes a prática de ‘fazer patrulha’ é levada a cabo por constelações variáveis de homens (particularmente) jovens que fazem rondas nocturnas no bairro. Estes grupos podem formar-se espontaneamente (durante períodos em que os linchamentos de presumíveis criminosos têm sido frequentes em Maputo, por exemplo) e em alturas em que se sente essa necessidade. Por vezes, os grupos de patrulhamento são constituídos na base de *equipas* – jovens organizados à volta de uma identidade comum como membros e (muitas vezes) pertencendo a (uma certa área dentro de) um bairro. Tal como as outras medidas de protecção, todas estas formas de disponibilização de segurança – do PC às *equipas* – são vistas de forma crítica pela maioria dos habitantes, por se crer muitas vezes que estes grupos

estão (tal como a polícia) envolvidos simultaneamente em actividades criminosas.

Possíveis intervenções

Dada a elevada taxa de incerteza no que respeita à segurança em Maputo e aos números sobre o crime, é necessário realizar uma pesquisa abrangente qualitativa e quantitativa a fim de estabelecer uma visão alargada das tendências do crime, das necessidades sentidas em relação à prevenção do crime, dos espaços urbanos de alto risco e um mapeamento dos grupos particularmente vulneráveis.

O policiamento a vários níveis e com múltiplas escolhas de Maputo gera consideráveis problemas de confiança, cadeias de comando, presença física e corrupção. A totalidade da sua estrutura e toda a sua organização devem ser revistas de forma crítica.

As intervenções precisam de tomar em consideração as preocupações reais das pessoas, as experiências e percepções de como o crime está organizado. Não devem fiar-se somente nos casos reunidos pela PGR ou nos casos de tribunal, registos da polícia ou outros documentos oficiais.

A pobreza e a violência estrutural estão ligadas (estatisticamente e em termos de percepção) ao crime e insegurança nos bairros mais pobres. Este padrão deve ser tratado considerando o aumento do salário mínimo (para agentes da polícia e civis), intensificando os programas de protecção social e, por último, considerando medidas de redistribuição económica.

Leitura adicional

Bertelsen, Bjørn Enge. 2014. Effervescence and Ephemerality: Popular Urban Uprisings in Mozambique. *Ethnos: Journal of Anthropology* DOI:10.1080/00141844.2014.929596

Bertelsen, Bjørn Enge, Inge Tvedten, and Sandra Roque. 2014. “Engaging, transcending and subverting dichotomies: Discursive dynamics of Maputo’s urban space.” *Urban Studies* 51(13): 2752-2769.

Borges, Egor Vasco. 2010. O crime organizado e a eficácia policial: caso de Moçambique. *Revista do Laboratório de Estudos de Violência* 6:19–27.

Conselho Municipal de Maputo. 2014. *Report Card sobre o Satisfação dos Municípios*, 2013. COWI: Maputo.

Reisman, Lainie, and Aly Lalá. 2014. *Assessment of Crime and Violence in Mozambique and Recommendations for Violence Prevention and Reduction*. Johannesburg: CVPI and OSISA.

Shabangu, Themba. 2012. *A comparative inquiry into the nature of violence and crime in Mozambique and South Africa*. Arcadia, South Africa: IDASA.